

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: diário PopularClass.: 118Data: 18/01/81Pg.: **190 Comissão Pró-Índio reclama criação do Parque Yanomani**

A Comissão Pró-Índio de São Paulo enviou a seguinte carta aberta ao ministro Mário Andreazza, do Interior:

"Em 30 de julho de 1980, o ministro Andreazza declarava à imprensa que o Parque Yanomami seria criado impreterivelmente antes que o ano findasse. Posteriormente, o ministro confirmava o primeiro pronunciamento.

Tratava-se da palavra de um ministro com as responsabilidades que o cargo impõe e onde estava implicitamente reconhecida a urgente necessidade de um ato criador, civilizado, responsável, que imediatamente garantisse a sobrevivência física e cultural da comunidade indígenas que representam, na América do Sul, o maior grupo étnico ainda não aculturado.

A promessa, entretanto, não se concretizou. Todos sabem que o Território de Roraima teve sua população acrescida em 1980 em mais de dez por cento, uma grande parte desse contingente fluindo aceleradamente para terras que são, sabidamente, área indígena, portanto intocável. Os órgãos governamentais estarão assim, mais uma vez, colocando a Nação frente a um fato consumado.

A cada dia que passa, crescem vertiginosamente os contatos letais de índios como as frentes desordenadas que continuam a penetrar mais fundo na terra Yanomami em busca do ouro, diamante, minérios, madeira. Será preciso lembrar, mais uma vez, que a negligência e a omissão significarão, pura e simplesmente, a iminente dizimação, seja por doenças, confrontos sangrentos, prostituição e alcoolismo — a completa desorganização social e o extermínio de um povo que, ironicamente, tem direitos claramente assegurados pela Constituição e por uma lei específica; leis que todos os brasileiros, autoridades ou não, têm a obrigação de conhecer, cumprir e defender.

A omissão é imperdoável. Já há, inclusive, um trabalho bem documentado de 63 páginas, elaborado em março de 1980 pela própria FUNAI, órgão subordinado ao Ministério do Interior, onde se recomenda detalhadamente a constituição do Parque Yanomami "com extensão suficiente em área contínua". Este documento define os seguintes objetivos específicos: "assistir as populações indígenas Yanomami no aspecto médico sanitário"; "manter o equilíbrio ecológico da região, preservando seus ecossistemas", pois, como reconhece o estudo, "os grupos... vivem em um sistema equilibrado de trocas com o meio ambiente"; "garantir o controle e proteção da região"; "garantir a conservação dos recursos naturais da região".

É, portanto, com indistigável sentimento de indignação que assistimos a chegada do novo ano sem ver cumprida a promessa ministerial. Sobretudo se lembrarmos que, desde 1968 a 1979, foram apresentadas onze propostas para a criação do Parque, não implementadas ou sequer devidamente discutidas.

Em junho de 1979, formada a "Comissão Pela Criação do Parque Yanomami", que recebeu apoio de mais de uma centena de entidades que, de uma forma ou de outra, se preocupam ou trabalham pela sorte daquelas comunidade, foi elaborada minuciosa proposta para a criação do Parque. O trabalho foi dirigido, em forma de abaixo-assinado ao presidente da República, mas recebido pelo ministro Andreazza. Este estudo obteve a adesão de quase onze mil cidadãos, entre eles, o ministro Afonso Arinos de Melo Franco, o

poeta Carlos Drummond de Andrade, o sr. Gilberto Freyre, Dom Ivo Lorscheiter — presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o sr. Seabra Fagundes — presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, o sr. Paulo Nogueira Neto — da Secretaria Especial do Meio Ambiente, entre outros não menos ilustres e respeitáveis, abrangendo praticamente o que há de mais representativo dos vários segmentos que compõem a sociedade civil brasileira, entre eles antropólogos, índios, juristas, médicos, ecólogos, jornalistas e membros da Igreja.

Nesse sentido é que as entidades que assinam a presente declaração, verdadeiramente preocupada com o destino dos Yanomami, à beira de um grande desastre voltam a insistir enfaticamente na necessidade impreterível da imediata criação do Parque Yanomami, em área contínua de extensão suficiente de forma a permitir sua sobrevivência física e cultural".

Assinam a carta: Associação Nacional de Apoio do Índio da Bahia, Comissão pela Criação do Parque Yanomami, Comissão Pró-Índio de S. Paulo, Associação Nacional de Apoio ao Índio Ijuí/RS, Conselho Indigenista Missionário — CIMI, Associação Nacional de Apoio ao Índio de João Pessoa/PB, Grupo de Apoio ao Índio de Belém/PA, União das Nações Indígenas — UNI, Comissão Pró-Índio do Rio de Janeiro, Associação Nacional de Apoio ao Índio de Curitiba/PR, Associação Nacional de Apoio ao Índio de Porto Alegre/RS, Associação Nacional de Apoio ao Índio do Rio de Janeiro, Associação Nacional de Apoio ao Índio de Brasília, Comissão Pró-Índio do Acre, Comissão Pró-Índio do Maranhão, Operação Anchieta/Cuiabá, Grupo de Estudos sobre a questão Indígena de Belo Horizonte/MG, Centro de Trabalho Indigenista/SP, Grupo Kukuro de Apoio à Causa Indígena de Manaus, Comissão de Defesa do Povo Nambiquara de Brasília, Movimento de Defesa da Amazônia de Brasília, Comitê de Defesa da Amazônia de Juazeiro do Norte/Ceará, Comitê de Defesa da Amazônia do Rio de Janeiro, Núcleo Mineiro de Defesa da Amazônia/MG.